

POR UMA HISTÓRIA INTELCTUAL À MARGEM

Ricardo Machado¹

RESUMO: O artigo pretende desenvolver teoricamente a noção de intelectual, propondo a ampliação da História Intelectual, ao considerar artistas, pensadores, filósofos e cientistas que durante muito tempo produziram à margem do cânone. Partindo da tradição historiográfica sobre o tema, apresentamos a constituição da história intelectual como campo. Em seguida, discutimos seus limites e possibilidades, ao considerar o deslocamento epistêmico proposto por diferentes pensadores.

PALAVRAS-CHAVE: História intelectual. Margem. Historiografia.

Esse artigo parte do seguinte questionamento: a categoria de intelectual ainda é necessária? Em mundo em que cada vez mais tenciona-se para que a palavra autorizada seja representativa, para que serviria uma categoria especializada em falar em nome da outridade? O que resta para aqueles cuja identidade está justamente na ação em nome da representação? Se delegamos aos discursos específicos, partindo de uma experiência direta como aqueles que teriam maior autoridade, ainda há lugar para o e a intelectual? Será que ainda precisamos daqueles e daquelas que tomam a palavra em nome da universalidade? Se atualmente optarmos em escrever história intelectual, trata-se da narrativa de ascensão e queda, do relato fúnebre da decadência de uma categoria e de uma forma existencial? Mesmo sem ter respostas definitivas, se essas questões ainda nos assombram, é porque, apesar da crise da figura clássica da intelectualidade, precisamos pensar a respeito dessa categoria que se deslocou historicamente.

A historiadora Helenice Rodrigues da Silva (2002), definia o conceito de intelectual como uma especificidade francesa. Em geral, a tradição francófona se assenta reivindicando para si as origens do termo, ao menos em sua modernidade. De forma semelhante, o historiador François Dosse (2007) apresenta uma visão panorâmica do campo de pesquisa, dedicando-se minuciosamente a produção francesa, e de forma complementar, anglo-saxônica. Apesar de Dosse apresentar uma possível história intelectual sem intelectuais, uma história que poderia considerar outras formas de pensamento, na prática, se dedica a uma narrativa da constituição da ideia de intelectual acompanhando uma temporalidade evolutiva da história europeia. Para ele, mesmo que na antiguidade ocidental, existissem pessoas dedicadas a produção intelectual, foi somente no século

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, é professor de História da Universidade Federal da Fronteira Sul em Chapecó. Contato: ricardomachado1982@gmail.com

XVIII, o século das Luzes, que constituiria no ocidente um campo específico daqueles identificados como “homens das letras”. Essa noção tornou possível de falar de uma esfera que unificaria escritores, filósofos, artistas, cientistas, ligados a uma cultura erudita e livresca, interessados na circulação de ideias e na constituição de uma esfera pública. Muitas vezes, de forma quase sacerdotal, esses homens (sobretudo, homens) passaram a entender-se como aqueles capazes de estabelecer o verdadeiro e promoveram a busca por um saber universal.

Foi no final do século XIX, diante do caso Dreifus, que os intelectuais passam ter a faceta que conhecemos, como um substantivo, ainda que, inicialmente com uma conotação pejorativa. Os *antidreyfusard*, assinantes da petição, se engajaram usando da pena como instrumento de uma posição política, intervindo nos assuntos públicos. É neste período que começa a se constituir uma ideia da existência de espaço de autonomia (ainda que impuro, tenso e impreciso) da vida intelectual, associada a um comportamento, a ambientes de sociabilidade distintivos e que, pouco a pouco, passam a constituir sua própria história, demarcando suas identidades através das querelas políticas e conflitos geracionais.

Nas primeiras décadas do século XX, essa missão universal e pública dos intelectuais incorporou outra tarefa: a de vanguarda intelectual. Cada vez mais, artistas, cientistas, filósofos passaram a se identificar como aqueles capazes de falar em nome do futuro, das rupturas radicais, fossem elas políticas ou estéticas. Fizeram uso de seu trabalho intelectual para defender revoluções, oferecendo os meios simbólicos que justificaram o sacrifício em nome de um tempo que viria. Muitos, depois que essas mudanças vieram ao cabo, sofreram no seu corpo e na sua obra as consequências dramáticas da nova ordem que eles mesmos defenderam. É por isso que a história intelectual não pode ser pensada separadamente a uma história da prisão, do exílio e de outras formas ainda mais cínicas de silenciamento. É dessa associação que nasce a ideia de intelectual público, eminentemente de esquerda (mas não só), como aquele que insurge contra o seu próprio tempo anunciando outros futuros.

Seja como intérpretes dos sentidos da história ou como traidores do destino da humanidade, é certo que os intelectuais ocuparam um papel de destaque na história política dos últimos séculos. Entretanto, o intelectual público foi pouco a pouco sendo substituído pela noção de especialista, aquele que através de um método específico seria capaz de dar respostas pontuais ou conjunturais sobre a realidade. Essa mudança da expectativa social sobre a palavra intelectual promoveu uma profunda transformação nas instituições e nos espaços ocupados por eles em nossas sociedades, no entanto, ainda que paradoxalmente, garantiu uma presença significativa dos intelectuais na vida comum, seja através das universidades, dos institutos de pesquisa ou, em alguma medida, da imprensa. Tal deslocamento foi essencial para colocar em cheque o lugar ocupado pela vida intelectual, se por um lado esvaziado de seu lugar heroico e universal, por outro, em grande medida, perdendo o seu papel crítico, burocratizando-se como gestor de uma sociedade sem utopia.

Mais recentemente, mesmo que seja cedo para uma leitura definitiva sobre fenômeno, parece que vivemos tempos de uma mudança ainda mais profunda, com implicações diretas no papel do intelectual. De forma generalizada, por diferentes concepções ideológicas têm-se colocado em xeque também a figura do especialista, seja pela relativização das formas de dizer o verdadeiro, seja pelos questionamentos sobre quem tem autoridade para falar a respeito de determinado assunto, seja pela difusão de informações e interpretações da realidade que historicamente foram reconhecidas como não sendo verdadeiras.

Foi chegar a esse entendimento da história recente que fez com que Enzo Traverso (2020) se perguntasse “onde foram parar os intelectuais?” e Beatriz Sarlo “afinal, ainda precisamos mesmo dos intelectuais?” (2004). A essas perguntas, podemos somar: O deslocamento do papel do intelectual hoje, não implicaria em pensarmos sobre outras formas do fazer intelectual no passado? Qual a possibilidade de se fazer uma história que amplie a categoria de intelectual, encontrando essas experiências em vidas que lidaram com as palavras, com o simbólico, com as histórias oralizadas, com as práticas de escrita, mesmo longe dos espaços que tradicionalmente legitimam essa condição?

Foi na tentativa de responder essas perguntas, que nos deparamos com a necessidade de pensar as margens como uma categoria da história intelectual. Por um lado, pretendemos discutir a história dos intelectuais como uma história de um deslocamento, de uma categoria que acabou se constituindo como *sem lugar*; por outro, pretendemos pensar sobre a trajetória daqueles que mesmo sendo reconhecidos como intelectuais, artistas, escritores, mas que pela sua condição à margem já viveram essa experiência de não-lugar.

Claudia Wasserman (2015) ao abordar de forma panorâmica a história dos intelectuais destaca a estratificação decorrente da existência de uma hierarquia neste domínio. Significa dizer que alguns indivíduos obtêm mais prestígio e atenção, ocupam posições proeminentes, alcançam o centro e adquirem maior reputação, dito de outra maneira, há sempre uma franja de maior visibilidade e audiência.

Seguindo a leitura de Wasserman, no topo da pirâmide estão as autoridades culturais que atingem uma dimensão pública e moral. A base está povoada por figuras menores ou aspirantes que ainda não obtiveram o reconhecimento dos pares, estão destinados a reafirmar as hierarquias estabelecidas. Assim, quando se almeja entender o ambiente intelectual de uma sociedade, é preciso reconhecer igualmente a existência de uma *periferia intelectual*, ou seja, a existência de autores marginais, que na maior parte das vezes corrobora para a consolidação das hierarquias tais como elas estão estabelecidas. Alguns autores marginais, no entanto, desafiam ou ignoram as autoridades centrais colocando em cheque as hierarquias instituídas ou apregoando ideias alternativas. Aqui é pertinente o uso da noção de *elite intelectual*, ao mesmo tempo, que parece evidente a ideia de *vanguarda intelectual* para designar aqueles que pretendem fazer valer ideias alternativas.

Um ponto de inflexão para a noção de marginal, é a noção de *intelectual específico* cunhada por Michel Foucault (2004), em oposição a intelectual universal em seu diálogo com Deleuze. Para ele, as relações entre teoria-prática são muito mais fragmentárias, locais, regionais, não totalizadoras. O intelectual não é aquele que fala em nome de sua classe, mas parte do particular para dialogar com a vida cotidiana e material.

Além disso, é necessário pensar a margens como forma de levar a frente um entendimento de que, para fazermos uma história decolonial, uma história com outras conexões globais é imperativo recuperar a trajetória daqueles e daquelas que estiveram fora do cânone, que produziram seu pensamento distantes das instituições, das cidades, das redes de sociabilidade que historicamente legitimaram a condição de intelectual. Além disso, uma conexão entre global e decolonial, nos permitiria rastrear a circulação de ideias, livros e intelectuais em diferentes rotas, com difusas centralidades, mostrando a complexidade e o questionamento da relação de centro e periferia. Afinal, como sugere David Armitage, abolindo os nacionalismos metodológicos, a história intelectual pode “rastrear ideias em escalas maiores: continental, inter-regional, transoceânica e, finalmente, planetária” (2015: 9).

Nestes termos, o pensamento decolonial de Walter D. Mignolo (2010), propõe pensar no *intelectual tradutor*, cujas margens podem ser entendidas como *zonas de contato*, não se restringindo a noção de intelectualidade como um significante exclusivo da história ocidental. Seria preciso colocar em xeque a imagem do intelectual associado exclusivamente à escrita, invisibilizando a oralidade como forma transmissão de conhecimentos e seus trânsitos que podem ser rastreados contemporaneamente nas narrativas impressas.

Ainda que para Mignolo seja necessário retomar a discussão sobre a *colonialidade do saber*, ou seja, o condicionante colonial que se inscreve na base da concepção de intelectual, no seu caráter eurocêntrico, universalista, provinciano e epistemicamente violento das tradições disciplinares do pensamento racional, a desobediência epistêmica proposta pelo decolonial, investe em uma história dos intelectuais localizados nas margens do sistema mundo.

Assim como, nos termos estabelecidos pela história das práticas de escrita, em que os historiadores passaram a se interessar pelas *marginálias*, pelas anotações à margem do texto – que ao mesmo tempo rasuram e dão visibilidade a novas interpretações sobre a recepção de um autor –; a história dessas vidas à margem funcionam como rasura do cânone, biografias, formas de sociabilidade, que em diálogo ou em confronto com aquilo que foi durante muito tempo considerado como o texto principal da História, experimentaram esse lugar simbólico da palavra. Pensar o decolonial não parecesse ser um exercício somente de afirmação de outras identidades em outros territórios, mas passa por pensar a categoria intelectual como uma *marginália*, como um arquivo de uma existência que se constitui fora ou ao lado das instituições estabelecidas pelo eurocentrismo.

Para o Edward Said (2005), aqueles e aquelas que se pensam como intelectuais são dotados e dotadas da vocação de dar corpo a uma mensagem, uma atitude diante da existência, por isso, mais do que sua função pública, trata-se de um jeito de viver, uma ousadia, um compromisso e, até mesmo, um risco ao se expor publicamente. É por isso que a função da intelectualidade pode ser embaraçosa, já que precisa “ser do contra e até mesmo desagradável” (2005: 27) Nesses termos que, para Said, a imagem que mais representativa é a do exilado, do expatriado, do marginal, daquele que está desligado de qualquer raiz. Esse deslocamento, esse desacordo com o seu próprio tempo, é o sentido de exílio: “o movimento, a condição de estar sempre inquieto e causar inquietação nos outros.” (2005: 60). Por isso que, intelectual não necessariamente é sinônimo de especialista, pois para Said, a melhor posição do pensador é a do amador, aquele que não possui qualquer instituição que restrinja sua palavra. O intelectual como nômade, como náufrago em busca de novas ilhas:

Um intelectual é como um náufrago que, de certo modo, aprende a viver com a terra, não nela; ou seja, não como Robinson Crusoe, cujo objetivo é colonizar sua pequena ilha, mas como Marco Polo, cujo sentido do maravilhoso nunca o abandona e que é um eterno viajante, um hóspede temporário, não um parasita, conquistador ou invasor (SAID, 2005: 67)

Nesses termos que a imagem acionada por Said poderia se equivaler a de Michel de Certeau. O pensador francês entende o historiador/intelectual como um *passueur*, cuja tradução para o português no livro *História e Psicanálise* (2011) foi simplesmente de passador. No entanto, o termo em francês parece reservar a ideia de um contrabandista, responsável por *passar* mercadorias e pessoas por fronteiras sem se importar com interdições legais e institucionais. Da mesma forma, o intelectual *passueur* seria aquele capaz de transpor limites impostos pela autoridade institucional ou dos campos de conhecimento.

[...] A identidade prende o ato de pensar. Ela é tributária de uma ordem. Pensar, ao contrário, é passar; é interrogar essa ordem, surpreender-se com a sua existência, perguntar-se pelo que a tornou possível, procurar, percorrendo sua paisagem, os rastros dos movimentos que a formaram, e descobrir em tais histórias supostamente mortas “como e até onde seria possível pensar diferentemente (CERTEAU, 2011: 138).

Essa metáfora do trabalho intelectual nos interessa como forma de escrita e como definição de intelectual. Assim como para Certeau, escrever história também é uma forma de pensar na contramão da ordem, deslocando as certezas,

enfrentando os silêncios e ruídos do arquivo na tentativa de criar algo novo, pouco interessado em estabelecer fronteiras. O esforço em pensar a respeito de intelectuais à margem, busca refletir historicamente sobre vidas e obras produzidas em outras regiões, longe dos grandes centros irradiadores, cujas referências mesclavam o universal com o local. Pode-se objetar, justamente, que tal processo ainda se fundamenta na concepção europeia de erudição, de historiografia e de intelectualidade, no entanto, é justamente esses lugares de trânsito que nos interessa. Ainda que atravessados pela colonialidade, pelas formas de dominação linguística, nos interessa as traduções, as formas de reapropriação simbólica, que permite ao mesmo tempo ocupar um lugar diferente daquele do esperado.

Se não “intelectuais” que outro nome poderíamos dar para aqueles que fizeram de sua existência uma incessante tentativa de viver exclusivamente de sua pluma ou de seus pinceis, mesmo que seu destino foi um definitivo abraço com o fracasso? Que nome podemos dar para aqueles que viveram à margem ou em deliberado confronto com os cânones estabelecidos? Que espaço existe hoje para a história dos intelectuais e artistas à margem? Basta inserir suas experiências e obras nos ‘grandes’ anais já estabelecidos ou urge lançarmos mão de novas epistemologias, metodologias de pesquisa historiográfica?

É por isso que precisamos de uma historiografia atenta em recuperar, sobretudo, escritos apócrifos, obras ditas menores, textos produzidos longe dos centros de referência; construídos pelos que viveram o exílio, pelos que alcançaram reconhecimento póstumo, pelos que fracassaram; produções ‘loucas’, feministas, étnicas, populares; produções inscritas em arquivos, telas, em muros, em corpos, em panfletos, em textos de limitada circulação.

À margem, ainda que reconhecendo diferentes centralidades, permite discutir teoricamente de maneira que possamos alargar as interpretações tradicionais sobre o intelectual e o artista, ampliando as atitudes e lugares para sua ação e produção artística, científica ou filosófica.

REFERÊNCIAS

ARMITAGE, David. A virada internacional na História Intelectual. Traduzido por Fábio Sapragnas Andrioni. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 1, nº1, p. 1-15. 2015

CERTEAU, Michel. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011

DOSSE, François. *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valência: Universitat de València, 2007.

DA SILVA, Helenice Rodrigues. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papyrus Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SAID, Edward. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARLO, Beatriz; ALCIDES, Sérgio. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

TRAVERSO, Enzo. *Onde Foram Parar Os Intelectuais?* Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

WASSERMAN, Claudia. História intelectual: origem e abordagens. *Tempos históricos*, v. 19, n. 1, p. 63-79, 2015.

FOR AN INTELLECTUAL HISTORY ON THE SIDELINES

ABSTRACT: The article intends to theoretically develop the notion of intellectual, proposing the expansion of Intellectual History by considering artists, thinkers, philosophers and scientists who have produced for a long period outside the canon. Taking the historiographical tradition on the subject as a starting point, we present the constitution of intellectual history as a field of study. Then, we discuss its limits and possibilities by considering the epistemic shift proposed by different thinkers.

KEY WORDS: Intellectual history. Margin. Historiography.